

Prefeitura Municipal de São Vicente

Cidade Monumento da História Pátria Cellula Mater da Nacionalidade

em 04 de dezembro de 2018

Mensagem n° 81/18 Proc. n° 21360/17

WENS AS EN M. 81/19

JUSTIMENTO N. 4407/18

Senhor Presidente

O Projeto de Lei Complementar anexo visa revogar os §§ 1°, 2° e incisos I, II, III, IV e V do art. 4° da Lei Complementar n° 864 de 09.08.17, que institui normas para a ocupação de função de confiança e cargos em comissão do Poder Executivo Municipal e dá outras providências.

A alteração proposta deriva da necessidade de adequação à Legislação Federal vigente, que determinou através da Lei 12.990/2014, a reserva de percentual de vagas para negros ou pardos, bem como estabeleceu que tal reserva seria aplicada apenas nos concursos públicos.

Outro fator importante a ser observado, é o tocante a dificuldade da Administração Pública de criar mecanismos para determinar a cor dos servidores públicos já ingressados na carreira pública.

Considerando a relevância da matéria, solicitamos que sua deliberação ocorra com a urgência prevista no art. 57 da Lei Orgânica do Município.

Ao ensejo, renovamos a V.Exa. os protestos de elevada estima e distinta consideração.

5 12.18

PEDRO GOUVÊA Prefeito Municipal

Exmo. Sr.

Vereador Wilson Cardoso

DD. Presidente da Câmara Municipal
São Vicente – SP

Câmara Municipal de São Vicente

Gabinete da Présidenta

Recebida por 12 12

Antonio C. B. de Almeida Chefe de Gabinete



Prefeitura Municipal de São Vicente

Cidade Monumento da História Pátria Cellula Mater da Nacionalidade

Mensagem nº 81/18

fl.02

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 36/18 DOUMENTO Nº 4408/18

Revoga os §§ 1°, 2° e incisos I, II, III, IV e V do art. 4° da Lei Complementar n° 864 de 09.08.17, que institui normas para a ocupação de função de confiança e cargos em comissão do Poder Executivo Municipal e dá outras providências.

Proc. nº 21360/17

Art. 1° - Ficam revogados os §§ 1° e 2°, e incisos I, II, III, IV e V do art. 4° da Lei Complementar n° 864/17, de 09 de agosto de 2017.

Art. 2º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.